

**Regulamento
Académico do 1.º Ciclo
de Estudos do
Instituto Superior de
Engenharia de Coimbra**

REGULAMENTO ACADÉMICO DO 1.º CICLO DE ESTUDOS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos (Licenciaturas) do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) especifica normas e procedimentos que não se encontram definidos no Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos do IPC (Despacho n.º 5066/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio de 2019, na sua atual redação).

Artigo 2.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente regulamento, entende-se por:

- a) **Condições de acesso** – As condições gerais que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos;
- b) **Condições de ingresso** – As condições específicas que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos concreto num determinado estabelecimento de ensino;
- c) **Crédito ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*)** – A unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação, nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro; no ISEC, cada ECTS corresponde a 26 horas de trabalho e cada unidade curricular tem um número de ECTS associado;
- d) **Curso 1.º ciclo/Licenciatura** – O conjunto de unidades curriculares totalizando 180 créditos ECTS, correspondente ao total das unidades curriculares dos três primeiros anos dos cursos, de seis semestres, conducente ao grau de licenciado organizado nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março;

- e) **Duração normal de um ciclo de estudos** – O número de anos, semestres e/ou trimestres letivos em que o ciclo de estudos deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo integral e em regime presencial;
- f) **Ficha de Unidade Curricular (FUC)** – O documento escrito que tem por objetivo proporcionar informação clara e atempada sobre a caracterização e o modo de funcionamento das unidades curriculares integrantes do plano de estudos do curso de licenciatura;
- g) **Inscrição em unidades curriculares** – O ato que permite ao estudante a frequência das unidades curriculares, ser avaliado e ter a respetiva classificação registada no seu currículo académico;
- h) **Inscrição em ano letivo** – Ato que faculta ao estudante matriculado a frequência de determinada(s) unidade(s) curricular(es);
- i) **Matrícula** – O ato pelo qual o estudante ingressa pela 1.ª vez num dado par instituição/curso;
- j) **Plano de estudos de um curso** – O conjunto organizado de unidades curriculares em que um estudante deve ser aprovado para:
 - I. obter um determinado grau académico;
 - II. concluir um curso não conferente de grau académico;
 - III. reunir uma parte das condições para obtenção de um certo grau académico;
- k) **Prescrição da inscrição** – A perda do direito à inscrição impede o estudante de frequentar qualquer curso do respetivo estabelecimento de ensino pelo período de dois semestres consecutivos, de acordo com a legislação em vigor.
- l) **Propina** – A taxa de frequência paga pelos estudantes ao ISEC;
- m) **Regime de tempo integral** – O regime em que os estudantes se inscrevem na totalidade dos ECTS permitidos pelo regulamento.
- n) **Regime de tempo parcial** – O regime em que os estudantes se inscrevem até um máximo de 45 ECTS por ano.
- o) **Unidade Curricular (UC)** – A unidade de ensino com objetivos de formação próprios que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final.

Artigo 3.º

Princípios gerais

As disposições definidas no presente regulamento relativas aos processos de avaliação de conhecimentos e competências das UC integrantes dos planos de estudos dos cursos de licenciatura, bem como as respeitantes à transição de ano curricular, são orientadas por princípios de legalidade, igualdade e imparcialidade.

CAPÍTULO II

Organização do Ano Letivo

Artigo 4.º

Ano Letivo

1. O ano letivo no ISEC/IPC tem início no dia 1 de setembro e termina no dia 31 do mês de agosto seguinte.
2. O Presidente do IPC, após audição do Conselho de Gestão, fixa anualmente o calendário letivo que deve incluir a duração de cada semestre, as pausas letivas e os períodos de férias.

Artigo 5.º

Calendário Escolar

1. O calendário escolar do ISEC é aprovado anualmente pelo Presidente do ISEC, após emissão de parecer dos Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, até ao final do mês de maio do ano letivo anterior, e deve ter como referência uma duração de 20 semanas para cada semestre, incluindo os momentos de avaliação final das épocas normal e de recurso.
2. Em cada semestre há um período de exames que não pode exceder 5 semanas.
3. O calendário escolar deverá incluir:
 - a) Os períodos letivos;
 - b) As férias escolares, feriados e outras interrupções previstas;
 - c) As datas de início e fim das diferentes épocas de avaliação.
4. Todas as épocas de exame devem constar no calendário escolar mesmo que tenham lugar no decurso do ano letivo subsequente.
5. A época especial tem uma duração máxima correspondente a 12 dias úteis.
6. O calendário escolar é o mesmo para todo o ISEC, podendo ser alterado por proposta devidamente fundamentada do Conselho Pedagógico e aprovada pelo Presidente do ISEC, ouvido o Conselho Técnico-Científico.

Artigo 6.º

Horário Escolar

1. O horário escolar de cada ciclo de estudos é aprovado pelo Presidente do ISEC, de acordo com as regras aplicáveis, após parecer do Coordenador de Curso.
2. O horário escolar de cada semestre é divulgado até 7 dias seguidos antes da data de início de aulas do semestre.
3. Nos casos devidamente fundamentados e autorizados pelo Presidente do ISEC poderá haver alterações ao horário escolar no decorrer do semestre, tendo este de ser divulgado até 7 dias seguidos antes da sua entrada em vigor.

CAPÍTULO III

Ensino

Artigo 7.º

Ficha de UC

1. A ficha de UC (FUC) é um documento discriminativo de cada UC onde está sintetizado o seu modo de funcionamento, conteúdos, metodologias de ensino/aprendizagem e de avaliação, e outros elementos previstos no modelo aprovado para uso no IPC, sendo pública e acessível a toda a comunidade escolar.
2. Anualmente é disponibilizada a FUC de edição, na plataforma de gestão académica, preenchida pelo docente responsável por essa UC, sendo a validação e aprovação definida no âmbito das autonomias pedagógica, científica e administrativa do ISEC.
3. A FUC de edição, sendo um documento público, deve ser disponibilizada na plataforma de gestão académica, até ao final da primeira semana letiva.
4. Na FUC deve constar a metodologia de avaliação detalhada, de acordo com os modelos de avaliação definidos no artigo 11.º, contendo as componentes e critérios de avaliação, e respetivas ponderações finais; assim como elementos de consulta e equipamentos autorizados no decorrer das provas de avaliação. Da metodologia deve constar ainda as alterações necessárias aos estudantes abrangidos pelos regimes especiais definidos no artigo 16.º.
5. A FUC terá de ser elaborada em língua portuguesa e língua inglesa e a bibliografia formatada de acordo com as normas APA.

6. O período de validade das FUC, determinado pelos órgãos próprios do ISEC, é de três anos, devendo verificar-se a realização do circuito de aprovação das FUC, pelo Coordenador de Curso e pelos órgãos Conselho Pedagógico e Conselho Técnico-Científico do ISEC.

Artigo 8.º

Validação da FUC

1. A FUC é elaborada pelo docente responsável pela UC, em coordenação com o responsável pela área disciplinar em que se integra (se aplicável) e submetida na plataforma de gestão académica. O procedimento de validação da FUC é o seguinte:
 - a) O docente responsável pela UC deve submeter na plataforma de gestão académica a proposta da FUC de Edição, com pelo menos uma semana de antecedência relativamente ao primeiro dia de aulas do respetivo semestre;
 - b) Durante a primeira semana letiva o docente pode recolher contribuições dos estudantes e propor ao Coordenador de Curso alterações à FUC, submetendo uma nova proposta na plataforma de gestão académica.
2. Do incumprimento da alínea a) do ponto anterior deve o Coordenador de Curso dar conhecimento ao Presidente do Conselho Pedagógico.

Artigo 9.º

Atendimento Pedagógico

1. Os estudantes têm direito a um período de atendimento semanal pelo docente de cada UC, correspondente a seis horas semanais, em média, para um docente a tempo integral, proporcionalmente para os docentes a tempo parcial, e acautelando o atendimento de alunos em regime pós-laboral.
2. No início de cada semestre, os docentes publicitam os respetivos horários de atendimento, inserindo essa informação na plataforma de gestão académica. Qualquer alteração do horário de atendimento deve ser antecipadamente comunicada aos estudantes.
3. O período de atendimento estende-se às épocas de exames, num horário que deve ser adaptado ao calendário de exames.
4. Os docentes devem ainda conceder apoio pedagógico suplementar aos estudantes nos termos previstos no Regulamento de Necessidades Educativas Especiais do IPC.

CAPÍTULO IV

Avaliação de Conhecimentos

SECÇÃO I

Modalidades de Avaliação

Artigo 10.º

Definição dos tipos de avaliação

No ISEC distinguem-se os seguintes tipos de avaliação:

- a) Avaliação contínua — Avaliação que pressupõe o acompanhamento regular da atividade letiva e do desempenho do estudante e sem obrigatoriedade de agendamento prévio (exemplos: valorização das presenças, questões de aula sem data de execução atribuída);
- b) Avaliação periódica — Avaliação que ocorre ao longo do ano, do semestre ou trimestre letivos e que pode ser constituída por diversos instrumentos de avaliação diferentes (exemplos: frequências, testes, entrega de trabalho, etc.) desde que previamente agendados;
- c) Avaliação por exame — Avaliação dos estudantes no final de um período de formação.

Artigo 11.º

Definição das metodologias de avaliação

1. Podem ser previstas diferentes metodologias de avaliação:
 - a) Modelo de Avaliação **M1** — A avaliação da UC é feita por tipos de avaliação contínua e/ou periódica, termina antes da época de exames e não existem datas de exame atribuídas a esta UC;
 - b) Modelo de Avaliação **M2** — A avaliação da UC é feita por tipos de avaliação contínua e/ou periódica, termina antes da época de exames, mas existem datas de exame atribuídas destinadas aos casos de reprovação e melhoria à UC;
 - c) Modelo de Avaliação **M3** — A avaliação da UC é feita por tipos de avaliação contínua e/ou periódica, sendo o último momento de avaliação na época de exames;
 - d) Modelo de Avaliação **M4** — A avaliação da UC é feita exclusivamente por exame.

2. Para efeitos de introdução na plataforma de gestão académica deve ser considerado o mapeamento seguinte:

Modelo de Avaliação	Designação NÓNIO	Observações
M1	Avaliação Exclusivamente Contínua	Avaliação da UC termina antes do início da época de exames. É necessária pauta de frequência , a qual terá de ser preenchida, lacrada e assinada digitalmente. Não tem mapa de exames associado, nem mesmo para regimes especiais.
M2	Avaliação Contínua e Periódica	A avaliação pode terminar antes da época de exames. É necessária pauta de frequência , a qual terá de ser preenchida, lacrada e assinada digitalmente. Existe um mapa de exames (época de exames) associada à UC.
M3	Avaliação Exclusivamente por Exame	A avaliação termina na época de exames. A pauta de frequência é preenchida obrigatoriamente com "Admitido" , lacrada e assinada digitalmente.
M4		A avaliação é realizada na época de exames. A pauta de frequência é preenchida obrigatoriamente com "Admitido" , lacrada e assinada digitalmente.

3. A descrição da metodologia de avaliação deve ser detalhada na FUC, e deve conter todas as componentes e critérios de avaliação, e respetivas ponderações na classificação final.
4. A metodologia de avaliação deve ser definida de acordo com os princípios gerais enunciados no artigo 3.º, sempre no pressuposto de não prejudicar o regular funcionamento das restantes UC e de acordo com as disposições do presente regulamento e do regulamento académico do 1.º Ciclo de Estudos do IPC.
5. A avaliação dos estudantes que usufruem de regimes especiais deve ser devidamente acautelada, através do cumprimento da legislação em vigor.
6. A FUC pode prever a dispensa do estudante realizar, total ou parcialmente, determinadas componentes de avaliação periódica já efetuadas com sucesso até 2 anos letivos anteriores, no âmbito da mesma UC. A decisão é tomada para o corrente ano letivo e válida apenas nesse ano.
7. O modelo de avaliação das UC deve ser definido pelo docente responsável de cada UC, ouvidos o Coordenador de Curso e a Comissão Pedagógica de Curso. Em cada ano curricular e em cada semestre,

deve-se procurar assegurar que, pelo menos, duas UC adotem um modelo de avaliação contínua e/ou periódica, a terminar antes da época de exames.

Artigo 12.º

Componentes de avaliação

1. A avaliação é uma atividade pedagógica indissociável do ensino, devendo ficar garantido que as componentes de avaliação adotadas são adequadas às competências e conhecimentos a adquirir pelos estudantes.
2. A avaliação nas UC pode incluir os seguintes elementos:
 - a) Exame – Prova escrita e/ou oral, ou prova especial de ordem técnica ou outra no final de um período de formação.
 - b) Participação presencial – Participação nas atividades das horas de contacto.
 - c) Projeto/Trabalho – Concretização de uma proposta de trabalho ou de investigação, com conteúdo técnico, artístico ou de síntese bibliográfica.
 - d) Prova oral – A prova oral pode incluir-se em qualquer tipo de avaliação e é prestada de maneira individualizada, ou em grupo, perante um júri.
 - e) Relatório de projeto ou estágio – Apresentação e discussão pública, quando aplicável, de um relatório de projeto ou de estágio realizado.
 - f) Relatório – Texto escrito relativo a um trabalho de investigação, a um estágio ou a uma atividade desenvolvida numa UC ou no final de um percurso formativo.
 - g) Teste – Prova escrita realizada no âmbito dos tipos de avaliação contínua e periódica.
 - h) Prova prática ou apresentação oral realizada no âmbito dos tipos de avaliação contínua e periódica.
 - i) Trabalho laboratorial ou de campo – Trabalho realizado em ambiente laboratorial ou no terreno.
3. Sempre que a avaliação de uma UC inclua mais do que uma componente de avaliação, a classificação final é calculada a partir das classificações obtidas em cada componente de avaliação, de acordo com o constante na respetiva FUC.
4. A condição de admissão à realização do exame da época normal decorrente da opção por avaliação contínua e/ou periódica (modelo M2), quando aplicável, deve ser publicada, na plataforma de gestão académica em pauta de frequência, com a antecedência mínima de 4 dias seguidos relativamente à data da realização do exame da época normal.

SECÇÃO II**Exames****Artigo 13.º****Épocas de
exame**

1. No ISEC existem as seguintes épocas de exame:
 - a) Época normal – Período de exames para todos os estudantes, definido no calendário aprovado pelo órgão estatutário competente. Podem aceder a esta época os estudantes que não obtiveram aprovação ou que não escolheram a avaliação contínua e os que reúnam condições para efetuar melhoria de classificação, em conformidade com o artigo 17.º do Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos do IPC.
 - b) Época de recurso – Período de exames para os estudantes reprovados na época normal ou que não realizaram exame nessa época e os que reúnam condições para efetuar melhoria de classificação, em conformidade com o artigo 18.º do Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos do IPC.
 - c) Época especial – Período de realização de exame(s) para os casos previstos no artigo 14.º do presente Regulamento.
 - d) Época extraordinária – Período extraordinário de realização de exames a fixar pelos órgãos legais e estatutariamente competentes do ISEC.
2. Os exames de uma mesma UC devem ser agendados com um intervalo mínimo de 10 dias seguidos entre a época normal e a de recurso.
3. A realização de exames fora da época normal e/ou da época de recurso só é possível nos casos especialmente previstos na Lei e no Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos do IPC.
4. As datas de início das provas orais de cada UC devem ser tornadas públicas na plataforma de gestão académica, com a antecedência mínima de 2 dias úteis relativamente à data marcada para a sua realização.
5. O calendário dos exames fixado pelo órgão competente e tornado público no início de cada período letivo só poderá ser alterado por despacho do Presidente do ISEC, ouvido(s) o(s) órgão(s) competente(s).

Artigo 14.º**Época especial**

1. Desde que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis) e estejam regularmente inscritos nesse ano letivo, nessa UC, podem aceder à época especial:
 - a) os estudantes aos quais falem até 25 ECTS para a obtenção do número de ECTS necessários para a conclusão do curso;
 - b) os estudantes abrangidos por regime especial;
 - c) os estudantes finalistas que pretendam fazer a melhoria de classificação do resultado da época de recurso que antecedeu imediatamente aquela época especial.
 - d) Os estudantes licenciados que pretendam fazer a melhoria de classificação do resultado da época de recurso que antecedeu imediatamente aquela época especial.
2. As UC relativas a projetos, estágios, simulações e investigação aplicada não são consideradas para efeitos da contabilização da alínea a) do número anterior.
3. Os estudantes que usufruam de um regime especial, de acordo com o estabelecido no artigo 16.º, têm acesso à época especial podendo realizar o número máximo de 25 ECTS, sem prejuízo de outros regimes aplicáveis, mais favoráveis.
4. Têm ainda acesso à época especial os estudantes do IPC inscritos em UC isoladas, bem como os estudantes que se encontrem abrangidos por um programa de intercâmbio e ou de mobilidade, desde que não tenham tido aproveitamento nos exames da época normal e/ou de recurso, pelo facto de os mesmos coincidirem com a duração dos referidos programas.
5. O acesso ao exame da época especial está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica.

Artigo 15.º**Época extraordinária**

1. Podem ser fixadas épocas extraordinárias de exames pelo Presidente do ISEC, tendo como fundamento circunstâncias excecionais, como seja, por exemplo, a repetição da avaliação da última unidade curricular.
2. Podem aceder à época extraordinária os estudantes que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis) e estejam regularmente inscritos nesse ano letivo a essa UC.

3. Os estudantes que acedam à época extraordinária podem realizar no máximo 25 ECTS. Todas as UC têm de ser contabilizadas para o máximo de ECTS que podem ser realizados na época extraordinária.
4. O acesso ao exame de época extraordinária está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica.

Artigo 16.º

Regimes Especiais

1. Constituem regimes especiais:
 - a) Estudantes com estatuto de atleta de alto rendimento;
 - b) Dirigente associativo jovem;
 - c) Estudantes com necessidades educativas especiais;
 - d) Estudantes bombeiros;
 - e) Estudantes que prestem serviço militar;
 - f) Estudantes que professam confissões religiosas que santificam um dia da semana diverso do domingo;
 - g) Estudantes em situação de maternidade e paternidade;
 - h) Trabalhador-estudante.
2. São equiparadas aos Regimes Especiais as situações previstas nos Regulamentos do estudante Atleta do IPC e do estudante Praticante de Atividades Artísticas no IPC, bem como outras situações regulamentadas.
3. Não prejudicando o cumprimento das normas específicas, os estudantes devem requerer ao Presidente do ISEC o regime especial, mediante declaração emitida pela entidade competente da respetiva condição referida nos números anteriores, de acordo com as disposições regulamentares e legais aplicáveis.
4. Todos os estudantes que se encontrem abrangidos pelos regimes especiais, devem requerer na plataforma de gestão académica, através de requerimento específico, o respetivo estatuto:
 - a) até 30 dias seguidos após a inscrição;
 - b) até 30 dias seguidos após o início do 2.º semestre, sem efeitos para as UC do 1.º semestre;
 - c) até 30 dias seguidos após ocorrer a situação que origine o direito ao estatuto, salvo nas situações em que a lei aplicável defina outros prazos.

SECÇÃO III

Provas de avaliação

Artigo 17.º

Realização de provas de avaliação

1. Durante a realização das provas de avaliação deve estar presente, pelo menos, um docente (preferencialmente um docente que leciona a UC).
2. Na impossibilidade do cumprimento do disposto no número anterior, as salas em que não se encontre nenhum docente da UC devem ser visitadas, regularmente, por um docente da mesma.
3. A duração das provas de avaliação por exame não pode exceder três horas por estudante, incluindo um eventual período de tolerância. Constituem exceção os exames que possuam componente prática laboratorial que assim o exija.
4. Só pode ser autorizado a prestar prova de avaliação de uma UC o estudante que se encontre regularmente inscrito nesse ano letivo a essa UC e que cumpra as condições exigidas na FUC.
5. Pode prestar prova de avaliação o estudante que se apresente na sala/local de exame até 15 minutos depois do seu início. O estudante não goza, por esse facto, de tempo suplementar para terminar a prova.
6. Durante a realização da prova é vedada aos estudantes toda a comunicação que, direta ou indiretamente, permita obter ou recolher informação sobre o conteúdo da mesma. Os docentes de cada UC devem informar os estudantes sobre os elementos de consulta, equipamentos autorizados no decorrer da prova, disponibilizando previamente a informação na plataforma de gestão académica e na FUC.
7. Nas provas orais deve ser constituído um júri composto por um mínimo de dois docentes, sendo pelo menos um deles docente da respetiva UC.
8. A prova oral tem a duração máxima de uma hora.
9. As regras específicas relativas à realização das componentes de avaliação são definidas neste Regulamento e nas respetivas FUC.
10. Ao estudante deve ser solicitada a apresentação do cartão de estudante ou do cartão de cidadão/passaporte/outro documento de identificação equivalente se tiver sido emitido pela autoridade competente de um dos países da União Europeia.

Artigo 18.º**Avaliação por testes e trabalhos**

1. A calendarização dos testes de avaliação, trabalhos e projetos a realizar pelos estudantes durante o ano letivo, deve ser acordada com o Coordenador de Curso, para datas, horas e locais que não ponham em causa o normal funcionamento das restantes atividades letivas.
2. A alteração, por motivos justificados, da calendarização ou do número de testes de avaliação e trabalhos, deve ser acordada com o Coordenador de Curso, devendo os estudantes ter disso conhecimento com a antecedência mínima de uma semana.
3. Cabe ao docente decidir se estas formas de avaliação são realizadas individualmente ou em grupo.
4. Os testes de avaliação realizados ao longo do semestre podem dispensar a realização da prova escrita de exame final. Em caso de reprovação em frequência, o docente pode impedir o acesso ao exame da época normal de acordo com as regras definidas na FUC.

Artigo 19.º**Avaliação escrita através de testes e exames**

1. A avaliação escrita é uma prova individual de avaliação de conhecimentos de uma UC, em que os estudantes devem responder por escrito a questões apresentadas num enunciado.
2. Os estudantes terão de se identificar através de um documento de identificação civil oficial. A falta de identificação pode constituir impedimento à realização da prova. Os docentes que estejam a vigiar as provas têm de validar as identidades, confirmar se o estudante está inscrito na prova de avaliação.
3. Nenhum estudante se pode ausentar ou abandonar a sala da prova antes de decorridos 30 minutos após o seu início, ou antes do seu término, se a duração da prova for inferior.
4. Os estudantes podem desistir da prova de acordo com o estabelecido artigo n.º 25 do Regulamento do 1.º Ciclo de Estudos do IPC.
5. O estudante pode solicitar ao docente responsável pela vigilância, um comprovativo de presença na prova de avaliação.
6. Os enunciados das provas terão de conter a seguinte informação:
 - a) A duração da prova;
 - b) A cotação correspondente às várias questões apresentadas.
7. Os enunciados das provas terão de ser disponibilizados aos estudantes após a realização da prova.

Artigo 20.º

Provas orais

1. A prova oral pode incluir-se em qualquer tipo de avaliação e é prestada de maneira individualizada, ou em grupo, perante um júri.
2. As condições de acesso à prova oral são estabelecidas na FUC.
3. As provas orais que não façam parte do calendário de exames devem ser marcadas pelo docente responsável da UC com uma antecedência mínima de dois dias úteis, garantindo a não coincidência com as datas de outras provas de avaliação.

Artigo 21.º

Avaliação por relatório único e global

1. Podem existir UC em que a avaliação seja efetuada com base na apreciação de um relatório único e global.
2. As UC abrangidas por este método de avaliação, bem como o seu modo de funcionamento, devem ser aprovadas pelo Coordenador de Curso, em concordância com a respetiva Comissão Pedagógica de Curso.
3. Nestas UC as datas de entrega e discussão do relatório único e global são definidas pelo docente responsável, para cada estudante ou grupo de estudantes, em qualquer momento até ao limite da data de lançamento das classificações da época especial.
4. A discussão do relatório é obrigatória e efetuada perante um júri composto por, pelo menos, dois docentes.

SECÇÃO IV

Classificações

Artigo 22.º

Lançamento e divulgação de classificações

1. A classificação final de cada UC tem de ser inserida e disponibilizada na plataforma de gestão académica (Cronograma – Anexo I).
2. Nos casos em que a classificação final resulta da ponderação de mais do que um elemento/componente de avaliação, de acordo com o estipulado na FUC, os resultados de cada um

desses elementos/componentes deve ser discriminado e disponibilizado aos estudantes logo que possível, podendo ser utilizada, para o efeito, a plataforma de gestão académica.

3. Os resultados finais decorrentes da avaliação contínua e/ou periódica e de cada época de exames (normal, recurso, especial e extraordinária) devem ser divulgados, em pautas lacradas na plataforma de gestão académica, no máximo até 10 dias seguidos à data da avaliação.
4. Se a decisão de comparecer a uma época de exames depender de classificações anteriores, estas devem ser divulgadas, em pauta lacrada na plataforma de gestão académica, com uma antecedência mínima de 4 dias seguidos.
5. Se a decisão de comparecer a um momento de avaliação contínua e/ou periódica depender de classificações anteriores, estas devem ser disponibilizadas aos estudantes com uma antecedência mínima de 4 dias seguidos, devendo ser utilizada, para o efeito, a plataforma de gestão académica.
6. Se os prazos referidos nos n.ºs 4 e 5 não forem cumpridos, o estudante tem direito a requerer uma nova data para realização da sua prova de avaliação, desde que não tenha comparecido nesta e o requeira ao Presidente do ISEC na plataforma de gestão académica, no prazo máximo de 2 dias seguidos após a realização da prova.
7. O incumprimento dos prazos referidos nos n.ºs 3, 4 e 5 implica a repetição do momento de avaliação em tempo oportuno e em data a reagendar pelo órgão competente e eventual responsabilidade disciplinar do docente.
8. A escala que consta na pauta de frequência, decorrente da avaliação contínua e/ou periódica, é: 0-20, AD (Admitido a Exames), NA (Não Admitido a Exames – exclui o estudante de obter aprovação no ano letivo à UC), F (Faltou), EF (Excluído por Fraude – exclui o estudante da possibilidade de se inscrever em exames em conformidade com o disposto no artigo n.º 31-A do Regulamento do 1.º Ciclo de Estudos do IPC) e NRC (Não Reúne Condições).
9. A escala que consta na pauta atinente à época normal de exames é: 0-20, F (Faltou), D (Desistiu), NRC (Não Reúne Condições), EF (Excluído por Fraude – exclui o estudante da possibilidade de se inscrever em exames em conformidade com o disposto no artigo n.º 31-A do Regulamento do 1.º Ciclo de Estudos do IPC) e A (Avaliado – já foi avaliado em momento anterior).
10. A escala que consta na pauta atinente às épocas de exame de recurso, especial e extraordinária é: 0-20, F (Faltou), D (Desistiu), NRC (Não Reúne Condições) e EF (Excluído por Fraude – exclui o estudante da possibilidade de se inscrever em exames em conformidade com o disposto no artigo n.º 31-A do Regulamento do 1.º Ciclo de Estudos do IPC).
11. Todos os estudantes que estejam regularmente inscritos num ano letivo, numa determinada UC, constam inicialmente na pauta de frequência. Como tal, será atribuída a todos os estudantes uma

classificação na pauta de acordo com a escala definida no n.º 8. No que concerne à pauta do exame da época normal, constarão na pauta todos os estudantes desse ano letivo, exceto os que tiverem obtido classificação NA ou EF em pauta de frequência. Como o acesso às restantes épocas de exame pressupõe inscrição, apenas constarão nas pautas os estudantes inscritos.

Artigo 23.º

Pautas e classificações

1. As pautas são integralmente preenchidas na plataforma de gestão académica e entregues assinadas no Serviço de Gestão Académica e Pedagógica, ou entregues assinadas digitalmente na plataforma de gestão académica.
2. Para efeitos de registo das classificações será considerada a data em que teve lugar o último momento de avaliação.
3. As classificações dos estudantes, após confirmadas e consideradas definitivas na plataforma de gestão académica, só podem ser alteradas mediante requerimento do docente responsável pela UC e autorização do Presidente do ISEC.

Artigo 24.º

Consulta de provas escritas

1. Após a disponibilização da respetiva classificação na plataforma de gestão académica, o estudante tem o direito de consultar a correção dos seus exames, trabalhos ou quaisquer outros elementos/componentes de avaliação, bem como a ser esclarecido sobre os critérios de correção.
2. Junto com os resultados da avaliação, o docente responsável pela UC deve tornar público o local e um período durante o qual os estudantes podem consultar as provas, trabalhos ou outros elementos avaliados, o qual ocorrerá no 3.º ou 4.º dia útil subsequente à publicação do resultado da avaliação, não podendo decorrer após a data de lançamento da pauta lacrada (Cronograma – Anexo II).
3. Em situações excecionais, a data de consulta da prova pode ser definida para o 1.º ou 2.º dia útil após a afixação das pautas provisórias, desde que o docente informe na plataforma de gestão académica os estudantes da data e local de consulta, com uma antecedência mínima de 3 dias seguidos.
4. Sempre que haja lugar a prova oral subsequente a exame escrito, o período de consulta tem de ocorrer até ao dia anterior.
5. Durante a consulta, os docentes devem prestar esclarecimentos sobre a correção das provas, podendo proceder à sua reavaliação quando tal se justificar.

Artigo 25.º**Revisão de provas escritas**

1. Se após o processo de consulta de prova e esclarecimentos prestados pelo docente, o estudante não tiver sido esclarecido sobre as dúvidas e questões colocadas, ou considere que a classificação atribuída não corresponde à realidade, este poderá requerer ao Presidente do ISEC a revisão de prova, no prazo máximo de 2 dias úteis após o período previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior, referindo expressamente as respostas cuja classificação é contestada, a respetiva fundamentação em termos científicos e relativa à aplicação de critérios de avaliação e a data de consulta da prova.
2. Caso haja deferimento do requerimento, o Presidente do ISEC envia o processo, no prazo máximo de dois dias úteis, para o Presidente da Comissão Científica da área científica da unidade curricular, que nomeia uma comissão de revisão de prova. Esta comissão é constituída por três docentes da área científica a que pertence a unidade curricular. Nenhum dos elementos da comissão de revisão de prova pode ter participado no processo de avaliação.
3. O Presidente da Comissão Científica da área científica da unidade curricular notifica o responsável pela unidade curricular para que, no prazo máximo de cinco dias úteis após a notificação, forneça à comissão de revisão de prova os elementos necessários ao processo, nomeadamente: o enunciado dos elementos de avaliação (trabalhos, testes de avaliação, relatórios, e/ou provas escritas); critérios de avaliação/correção; resolução completa dos enunciados; cópias das provas escritas de avaliação realizadas pelos estudantes.
4. A comissão de revisão de prova procede à revisão da prova, podendo daí resultar a subida, descida ou manutenção da classificação final atribuída. Da decisão final não caberá recurso, salvo se fundamentado na preterição de formalidades legais.
5. A comissão de revisão de prova deve, no prazo de dez dias úteis após entrega dos documentos constantes no n.º 3, comunicar ao Presidente do ISEC a decisão final do processo de revisão de prova que, no prazo de dois dias úteis, diligenciará no sentido de se notificar o estudante e o Coordenador de Curso para este proceder à correção da pauta/termo, caso haja lugar a alteração da classificação.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 26.º

Casos omissos

Os casos omissos no presente Regulamento e no Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos do IPC devem ser objeto de análise e decisão pelo Presidente do ISEC, ouvidos os órgãos competentes e comunicadas ao Presidente do IPC.

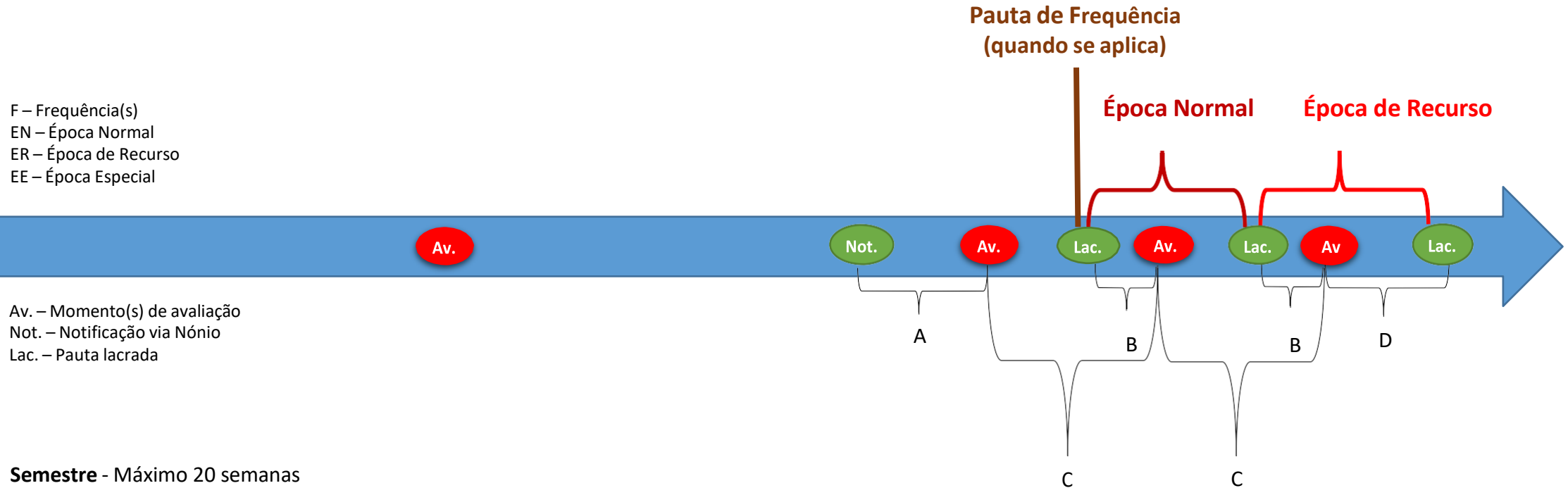
Artigo 27.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no ano letivo 2025/2026.

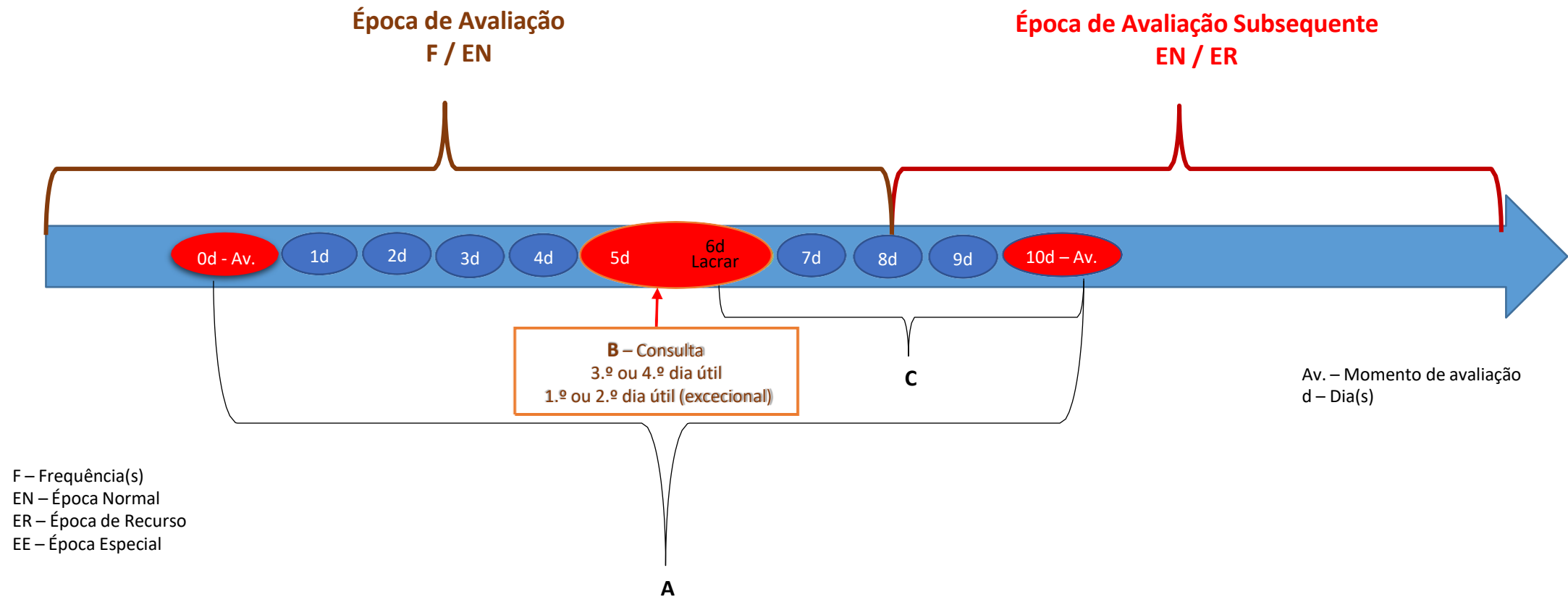
Anexo I – 1.º ciclo

Cronograma do Lançamento e divulgação de classificações



Anexo II – 1.º ciclo

Cronograma de Consulta de Provas Escritas



F – Frequência(s)
EN – Época Normal
ER – Época de Recurso
EE – Época Especial

Av. – Momento de avaliação
d – Dia(s)

A – No mínimo 10 dias seguidos entre provas de avaliação (F/EN/ER/EE)

B – Consulta no 3.º ou 4.º dia útil subsequente à disponibilização dos resultados da avaliação no NÓNIO. Em situações excepcionais, a data de consulta pode ser definida para o 1.º ou 2.º dia útil subsequente à disponibilização dos resultados, desde que o docente notifique os estudantes com 3 dias seguidos de antecedência.

C – No mínimo 4 dias seguidos de antecedência, para lacrar os resultados antes dos exames (EN/ER/EE).

Ficha Técnica

Título

Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

Emissor

Conselho Pedagógico do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

Versão 2.0

Editado em 18 de dezembro 2025

Aprovado por

Data de Aprovação

18 de dezembro 2025

©2020, POLITÉCNICO DE COIMBRA



www.ipc.pt

<https://sigq.ipc.pt>

qualidade@ipc.pt